

Editorial

Por uma educação pública de qualidade para todos

Towards quality public education for all
Por una educación pública de calidad para todos

A *Carta de Porto Alegre Por uma Educação Pública de Qualidade para Todos*, transcrita na Seção Documentos desta edição da RBPAE – e aprovada no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, realizados em Porto Alegre, em novembro de 2007 -, conclama amplos segmentos da sociedade para engajamento no esforço político-pedagógico em prol de uma escola pública de qualidade para todos. Esse apelo nos relembra a coexistência de situações controversas na sociedade brasileira: um ordenamento jurídico amplamente garantidor dos direitos à educação *versus* uma condição de oferta educacional débil ou adversa no sentido de efetivar estes direitos. O esforço político-pedagógico requerido não é de qualquer espécie; pode ser de grande envergadura e certamente contempla muitas possibilidades, mas podemos atribuir-lhe o desígnio de intervir para a democratização da educação escolar, abrangendo acesso, permanência e qualidade.

José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, fala do entusiasmo cívico que tomou conta do Brasil após o fim da ditadura militar. No esforço de (re)construção da democracia, falar em cidadania tornou-se habitual e a Constituição de 1988 foi chamada de “cidadã”. Para ele, contudo, havia ingenuidade quanto ao que se esperava da democratização das instituições. Houve avanços em termos de liberdade e de participação política, mas persiste um conjunto de problemas sociais e econômicos que não tiveram solução, ou que se agravaram, levando à perda de confiança dos cidadãos em instituições e mecanismos do sistema democrático.

Há que rememorar que preceitos da Constituição de 1988 relativos à área da educação foram festejados, especialmente por educadores, no bojo do entusiasmo cívico de que nos fala o autor. Por exemplo, os princípios de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, de gestão democrática do ensino, de gratuidade do ensino público; ou todo o rol de garantias a serem oferecidas pelo Estado no cumprimento de seu dever para com a educação (art. 208). Houve, também neste caso, ingenuidade no entusiasmo? *A consigna* da Carta de Porto Alegre – Por uma Educação de Qualidade para Todos – traz implícitas algumas perplexidades e nos confronta com desafios, mas não se alinha à perda de confiança na lei ou nas instituições do Estado Democrático de Direito. Pelo contrário, está presente uma marca propositiva,

que nos convoca à ação política contínua e astuta, capaz de contribuir para uma prática que afirme princípios e garantias tão duramente conquistados, para uma prática que consolide a escola como instituição de bem público, como locus de aquisição e construção de saberes, para todos.

Entendemos que tais considerações, neste editorial, se fazem pertinentes, particularmente por trazermos uma seção especial dedicada à Constituição de 1988 e à Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88. Quisemos, com efeito, nos parágrafos anteriores, destacar a necessidade de não-complacência com práticas sociais e educacionais que mantêm uma distância intolerável de conquistas no plano jurídico. Em *A Era dos direitos*, Norberto Bobbio adverte que justificar direitos com argumentos convincentes é uma coisa, outra coisa é garantir-lhes proteção efetiva. Contudo, essa distância não pode ser pretexto para a imobilidade, para a atitude passiva, desesperançada. A Constituição de 1988, se não ultrapassou certos limites históricos de distribuição de recursos de poder, formalizou a ampliação da cidadania, fornecendo uma base indispensável às lutas por mais direitos e por sua efetivação. É justamente essa dimensão de luta, que retém a esperança numa sociedade com mais igualdade, que queremos enfatizar.

A *Seção Especial Constituinte/Constituição de 1988* foi incluída neste número da RBPAAE para marcar os 20 anos de promulgação da Constituição da República. Nossa intenção é a de registrar, através de uma sistematização de produção teórica e do testemunho de um ator influente na elaboração do texto constitucional, marcas do pensamento e da atividade política que têm provocado pesquisadores e profissionais da gestão e da política educacionais, à compreensão, à decodificação ou à intervenção nos planos da teoria e da prática social. Sílvia Maria Leite de Almeida e Tattiana Tessye Freitas da Silva, em *Educação e a Constituição de 1988 – olhares sobre a produção acadêmica*, expõem um inventário de teses e dissertações, produzidas no período de 1989 a 2007, cujo conteúdo contempla os temas “educação e constituinte” ou “educação e constituição”, ambos referidos à Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88 e à Constituição da República de 1988. As autoras caracterizam essa produção acadêmica através de uma categorização que abrange oito eixos temáticos, vinculação a áreas de pós-graduação e distribuição por regiões do País; na sequência, são apresentados os dados de identificação e resumo de cada um dos 41 trabalhos levados em conta. No texto seguinte da Seção Especial, encontra-se uma entrevista com o Prof. Hermes Zaneti, realizada e editada por Nalú Farenzena,. No texto, que foi intitulado *Assembléia Nacional Constituinte 1987-88, educação e cidadania*, o ex-deputado – com atuação marcante na Constituinte, inclusive tendo presidido a Subcomissão de Educação, Cultura, e Esportes – rememora fatos da elaboração do texto constitucional, permeando sua fala com apreciações sobre significados do processo da Constituinte e do texto aprovado, assim como sobre desdobramentos e desafios diante do que ficou inscrito na Carta Magna e do percurso histórico.

Antecedendo a Seção Especial, esta edição da RBPAAE traz seis artigos. Em *Características patrimonialistas do Estado brasileiro: anotações para estudos de política educacional*, Raquel Gandini sintetiza aportes teóricos

sobre o Estado, o Estado moderno e o Estado brasileiro, os quais, esteados, em especial, na teoria weberiana e em estudos clássicos da formação sócio-estatal brasileira, se constituem em fecundos referenciais para a pesquisa na área de políticas educacionais. Luís Antônio Groppo e Marcos Francisco Martins tecem, no texto *Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação*, relações entre a sociologia do britânico Anthony Giddens e a estratégia da Terceira Via; o texto traz interessantes interpretações para pensar em implicações, para a política educacional, do discurso e da adoção das propostas da Terceira Via. No artigo *O papel do poder legislativo na formulação de políticas sobre o financiamento da educação*, Rosimar de Fátima Oliveira adentra no trabalho parlamentar do Congresso Nacional, cobrindo duas legislaturas, no período de 1995 a 2003, analisando proposições sobre o financiamento da educação; o resultado desta análise aponta muitas debilidades em termos de uma atuação propositiva e qualificada do parlamento federal. A gestão em redes de ensino públicas é o tema dos dois textos seguintes. Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral, em *A gestão democrática da educação na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul (1985-2001)*, traça um panorama das propostas de gestão democrática para a rede estadual de ensino gaúcha num período que cobre várias administrações estaduais, com base em documentos e depoimentos de dirigentes educacionais; foi um tempo de intensos debates e embates, de avanços, recuos e impasses, mesmo assim, editaram-se normas capazes de configurar uma institucionalidade mais democrática às escolas estaduais. Um município do interior paulista – Américo Brasileiro – é objeto de análise do texto *Municipalização do ensino e proximidade local: o outro lado da valorização docente no FUNDEF*, de Géssica P. Ramos. A autora entra na materialidade de um processo de municipalização do ensino, colocando em xeque concepções que associam municipalização e democratização, assim como interrogando as relações entre valorização do magistério, FUNDEF, gestão da educação e gestão local da educação. Magno Gomes, no artigo *Atos autorizativos das instituições de ensino superior: procedimentos administrativos*, esmiúça normas e procedimentos do sistema federal de ensino referentes ao ensino superior, abrangendo autorização e credenciamento de cursos e credenciamento/recredenciamento de instituições.

Contamos, ainda, com uma resenha, elaborada por Naura Syria Carapetto Ferreira, da coletânea *Repensando la organización escolar: crisis de legitimidad y nuevos desarrollos*, organizada por Mariano Fernandez Enguita e Eduardo Terrén,. Essa resenha é muito oportuna, uma vez que descreve uma obra repleta de pontos de vista e reflexões sobre a organização escolar e que conta com a autoria de intelectuais reconhecidos pela densidade de suas produções teóricas

Uma palavra final aos leitores e colaboradores da RBPAE. Aos primeiros, o registro de nossa aspiração de que a Revista corresponda às expectativas de terem em mãos um proveitoso material de estudo e de pesquisa. Aos segundos, nosso agradecimento pela generosa disponibilidade.

**Maria Beatriz Luce
Nalú Farenzena**